

Ambiente: Carta aberta à Comissão Europeia solicitando a retirada da Lei das Matérias – Primas Críticas (CRMA) – FAPAS

written by 0 Cidadão | 18 de Dezembro, 2023



Comissão Europeia

Presidente do Parlamento Europeu e membros do Comité ITRE (Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia),
Teresa Ribera, Ministra Espanhola da transição ecológica e representante permanente dos Estados membros do Conselho da Europa,
Presidente da Comissão Europeia e Colégio de Comissários.

16 Novembro de 2023

Caro Presidente Metsola e membros do Comité ITRE,
Caro Ministro Ribera e Representantes Permanentes,
Caro Presidente von der Leyen e Comissários,

Os signatários desta carta são organizações de base e da sociedade civil, movimentos, povos indígenas reconhecidos na União Europeia, grupos comunitários locais, académicos e especialistas. Temos experiência direta na avaliação dos custos reais e muitas vezes ocultos da mineração, incluindo os

seus impactos nas pessoas, no ambiente, na boa governação e no Estado de direito. Devido às graves deficiências descritas abaixo, solicitamos à Comissão que retire a proposta da Lei das Matérias-Primas Críticas (CRMA).

Rejeitamos as políticas enganosas na sua base, incluindo a sua incapacidade de compreender as implicações da corrupção, a ausência do direito das comunidades de dizer “não” e dos direitos da natureza, bem como a sua legitimação e apoio à “aceitação social” manipuladora e à certificação mineira, esquemas que violam os direitos fundamentais dos cidadãos e a ética da investigação. Em vez disso, exigimos políticas ambientais e climáticas que reduzam a procura de matérias-primas e a utilização de energia e esquemas de gestão de terras deficientes. Aumentar a mineração através da violação dos direitos fundamentais, mesmo fazendo-o para o “ambiente” ou para “mitigar as alterações climáticas”, só levará ao agravamento das condições climáticas e ecológicas e ao conflito social.

A lei não aborda a corrupção, que é conhecida por ser endémica na mineração

Em todo o mundo, a influência indevida das empresas mineiras levou muitas vezes à erosão da qualidade da governação, à propagação da corrupção e ao agravamento das assimetrias de poder local. Os governos fundem-se erroneamente. Os interesses das empresas mineiras com os do público em geral. Entretanto, isto privará de verdadeiros caminhos ecológicos e de mitigação das alterações climáticas.

Os recentes acontecimentos em Portugal, onde vários ministros e entidades públicas, como a autoridade ambiental e mineira e os seus dirigentes, estão a ser investigados por corrupção relacionada com duas concessões de lítio (Mina do Romano e Mina do Barroso), levaram à demissão do Primeiro-Ministro e também o cancelamento da participação das empresas mineiras Savannah Resources e Lusorecursos no programa da Semana das

Matérias-Primas 2023 (RMW). Embora isto tenha trazido incerteza política e instabilidade ao país, este incidente ilustra que a Europa não está imune à ligação demasiado presente entre a mineração e a corrupção. Esta não é uma exceção, mas sim a ponta do iceberg, uma vez que surgiram inúmeros casos de corrupção e má conduta em toda a UE, mesmo que raramente tenham sido levados à justiça ou tenham recebido tanta atenção pública.

Ao considerar a mineração como uma “solução climática” e as empresas de mineração como “campeãs climáticas”, o CRMA traz leis diluídas, procedimentos acelerados e estabelece o terreno para injetar milhares de milhões de euros em empresas mineiras especulativas e social e ambientalmente imprudentes. Para as chamadas «matérias-primas críticas» (incluindo cobre, lítio, níquel e muitos outros), o CRMA prevê uma autorização rápida, ao mesmo tempo que limita os períodos de consulta pública e encurta o tempo que os cidadãos têm para um julgamento justo para defender os seus direitos.

Isto não só corrói os direitos democráticos básicos e o princípio do Estado de direito, mas também vai contra os direitos humanos e ambientais fundamentais, como o direito à participação significativa na tomada de decisões sobre questões ambientais e o direito ao acesso efetivo à justiça.

Outros direitos fundamentais, incluindo o direito à habitação, são violados em áreas onde as novas minas envolvem despejos forçados.

O CRMA não só estenderá má governação em toda a Europa, mas exacerbá-la a nível global, permitindo a designação de projetos estratégicos fora da UE, incluindo em terras indígenas. As instituições da UE recusaram-se até mesmo a modificar o CRMA incluir mecanismos juridicamente vinculativos de consentimento livre, prévio e informado, em violação das convenções internacionais sobre direitos indígenas. O povo Sámi da região Sápmi na Noruega, Suécia,

Finlândia e Rússia são os únicos Povos Indígenas reconhecidos na União Europeia, e a mineração causa danos irreparáveis ao modo de vida Sámi. Tais conotações racistas da CRMA não passam despercebidas aos eleitores europeus. Queremos regulamentos que ofereçam protecção jurídica vinculativa às nações soberanas e legalizem o direito de dizer “não”, e não papéis consultivos simbólicos para as comunidades das quais a UE pretende extrair recursos internos e externos fora de deveriars.

Nenhuma “Licença Social” para investigação que viole os direitos fundamentais e a ética europeus

Não há nada socialmente aceitável na actual corrida pelas chamadas matérias-primas críticas e no boom extractivo na Europa e fora dela. Como directamente afectados pelo incumprimento ambiental e social do sector extractivo, nunca demos permissão a nenhuma empresa para extrair ou explorar nas nossas comunidades ou para transformar as nossas terras em zonas de sacrifício em nome do crescimento económico perpétuo e da especulação.

Rejeitamos propostas políticas que procurem gerir a resistência através da “facilitação da aceitação pública” (CRMA) ou de procedimentos criados pela indústria para obter uma licença social para operar (SLO). Não apoiados num diálogo de Consentimento Livre, Prévio e Informado a nível comunitário, consideramos o “licenciamento social” e qualquer exercício relacionado de influência sobre as percepções públicas por parte de autoridades públicas ou empresas a nível local ou superior, um eufemismo processual para Engenharia social e combater a insurgência suavemente para afastar objecções legítimas devido a casos de corrupção ou projectos que não cumprem as leis ambientais e laborais. Isto implica a rejeição de um subgrupo sobre aceitação pública no Conselho de Matérias-Primas Críticas do CRMA como medida insuficiente, uma vez que não resolve a falta de direito de ter uma palavra a dizer daqueles que são mais vulneráveis e afectados por

Projectos Estratégicos.

O objetivo da Comissão de “oposição pública à tolerância passiva ou ao apoio ativo” não reflecte os ideais europeus de participação democrática e irá minar ainda mais a confiança do público no projecto europeu e nos seus esforços para um futuro justo e sustentável para todos. Recusamo-nos a aceitar uma lei que promove a tolerância passiva a actividades ilegais, danos socioambientais, corrupção e abuso laboral e condenamos nos termos mais veementes o financiamento contínuo de tais esquemas. Os programas Horizonte 2020 (2014-2020) e Horizonte Europa (2021-2027) contêm pelo menos 23 projetos, com um custo total de 169 milhões de euros, incluem pacotes de trabalho designados e resultados que procuram construir a aceitação pública para projetos extrativos nos Estados-Membros e além.

Considerando a possível violação dos direitos fundamentais europeus dos cidadãos, os signatários gostariam de pedir à Comissão que iniciasse uma autoavaliação de tais procedimentos de financiamento, incluindo os apelos da Comissão aos requisitos para investigação financiada “que tenham impacto na consciência pública e na aceitação e confiança na operação mineira”.

A gestão ética e o conselho de administração de pelo menos um projeto Horizonte Europa em curso, que afeta as partes signatárias em Espanha, Portugal e Sérvia, parecem não ser independentes da pressão de interesses ideológicos e económicos, conforme exigido pelo Código Europeu de Conduta para a Integridade da Investigação e ainda mais orientações éticas e não cumpre os mais elevados padrões éticos que a Comissão acertadamente estabelece para o Programa-Quadro Horizonte Europa. Assim, e salvaguardando eventuais medidas adicionais, os signatários apreciariam que o Presidente da Comissão Europeia e as suas agências de gestão iniciassem uma avaliação exaustiva dos procedimentos éticos, riscos envolvidos e medidas de mitigação utilizadas de pelo menos os 23 projectos acima listados e que devido pela sua natureza, de

realizar uma tarefa de alto risco para trabalhar, de forma interdisciplinar, em tópicos de aceitação pública da extracção de matérias-primas na Europa e fora dela, são propensos a abusos, como exemplificado no projecto VECTOR.

Através destes programas, a UE já investiu milhões de euros dos contribuintes em investigação sobre como gerar “aceitabilidade social” para operações mineiras, algumas das quais provaram estar envolvidas em atividades criminosas. A título de exemplo, em 2016, a mina de cobre Cobre Las Cruces, em Espanha, foi condenada por crimes ambientais depois de poluir o aquífero de Sevilha com arsénico. Desde então, a empresa tem sido repetidamente multada por danos em massas de água, mas paralelamente recebeu um subsídio de 26,7 milhões de euros e beneficiou de meia dúzia de Projectos de Investigação no âmbito dos Programas-Quadro no valor de milhões de euros; incluindo INFAC, NEMO, RAWMINA, INTMET e BioM0re. Muitos dos projetos possuem “licença social” componentes.

Perante um Programa-Quadro e respectivos apelos que exigem activamente investigação para melhorar a sensibilização, a aceitação e a confiança do público na indústria extractiva nacional, ao mesmo tempo que negligencia os debates à altura dos olhos com os meios de subsistência na (semi-)periferia europeia principalmente afectados pelos requisitos de recursos da dupla transição.

Isto viola as regulamentações democráticas e o devido processo, gerando desinformação, obstruindo a transparência e a possibilidade de ação legal contra o não cumprimento das leis ambientais, administrativas ou trabalhistas.

Os esforços de aceitabilidade social promovem a corrupção.

Os regulamentos de mineração da Europa estão perigosamente obsoletos

Com declarações como a de que a mineração “na UE está sujeita aos mais elevados padrões ambientais e sociais em todo o

mundo”, Instituições da UE como garantir aos cidadãos que a sua legislação mineira é a mais avançada do mundo. Isto é falso.

Barragens de rejeitos ilegais no Brasil, Chile, China, Equador ou Peru estão sendo apresentadas como “melhores técnicas disponíveis” em Espanha e Portugal. Por exemplo, a proposta de cobre do Touro em Espanha prevê uma barragem de 81 metros de altura, apenas 200 metros a montante da aldeia de Arinteiro. Embora o Brasil e o Equador proíbam barragens de rejeitos a menos de 10 km a montante das comunidades potencialmente afetadas e a China as proíba a uma distância inferior a 1 km, a legislação da UE não impõe restrições. Em Espanha, 99% das barragens de rejeitos são construídas seguindo um projeto a montante, o mais perigoso de todos.

Esta combinação de cegueira e arrogância eurocêntrica, juntamente com regulamentos obsoletos, é extremamente perigosa, pois novos projectos mineiros de “baixo custo” na Europa procuram desenvolver grandes minas com teores de minério mais baixos. Isto envolve a criação de instalações de resíduos de dimensões invisíveis e de elevados riscos; tanto para a mineração convencional de metais como o cobre, mas também para novos materiais como o lítio, especialmente porque aqui o processo ainda está em sua infância. O mineração de minérios de menor teor duplicou na última década, aumentando os custos e gerando quantidades exponencialmente maiores de resíduos de mineração.

Isto levará a uma avalanche de propostas de minas de baixo custo.

Juntamente com a regulamentação desatualizada, a falta de capacidade das autoridades para avaliar adequadamente as propostas sobre minas e os prazos reduzidos para as decisões administrativas, isto dará origem a acidentes. A exclusão e a marginalização da participação pública e o fácil acesso ao financiamento correm o risco de conceber um boom mineiro

perigosamente incontrolável.

A Europa assistiu a demasiados acidentes graves com minas e violações ambientais, mesmo nos últimos tempos. “Nunca mais”, disse Margot Wallström, a Comissária da UE após o rompimento da barragem de rejeitos de Baia Mare. No entanto, o simples âmbito e ritmo das novas minas, mais a natureza não testada do regime de licenciamento acelerado da CRMA, conduzirão a acidentes. Por exemplo, a extensão recentemente aprovada da Barragem de rejeitos do Rio Tinto no oeste da Andaluzia, em Espanha, permite o armazenamento de mais de 360 milhões de toneladas de lamas altamente tóxicas. Em comparação, o desastre de Aznalcóllar em 1998 envolveu a libertação de “apenas” 6 milhões de toneladas. Recusamo-nos a aceitar uma lei que sabemos que dará origem a mais acidentes com minas com consequências incalculáveis em termos de vidas humanas e danos ambientais.

Não podemos sair de uma síndrome de crescimento perpétuo.

O objectivo da Europa é extrair nos próximos 30 anos a mesma quantidade de cobre que foi extraída nos últimos 7.000 anos. É esgotar completamente as reservas globais conhecidas de níquel, cobalto, lítio e outros minerais (sob a premissa de que as reservas continuarão a expandir-se indefinidamente através da mineração em mar profundo e no espaço). A mineração em mar profundo é amplamente contestada por cientistas devido a preocupações com danos irreversíveis a ecossistemas únicos, perda de biodiversidade, potenciais libertações tóxicas e consequências desconhecidas a longo prazo para a saúde dos oceanos.

No entanto, à medida que o teor do minério diminui (por exemplo, os teores médios nas minas de cobre passaram de 1,8% em 1930 para 0,5% hoje), as minas recentemente propostas criam maiores impactos ambientais, maiores volumes de resíduos, maior procura de energia e emissões crescentes, sob as restrições de condições mínimas de baixo custo e padrões de

segurança. Isso é o oposto de 'verde'.

Para cumprir a meta da Europa, as suas previsões de procura de minerais são enormes: para as tecnologias solar e eólica, a procura de lítio, disprósio, cobalto e neodímio deverá ser de até 600% em 2030 e até 1.500% em 2050 dos níveis de 2018. As baterias para veículos eléctricos e as energias renováveis aumentarão a procura de lítio em 1800% e de cobalto em 500% em 2030, e aumentarão a procura em 2050 em quase 6000% e 1500%, respectivamente.

De acordo com Simon P. Michaux, do Serviço Geológico Finlandês (GTK): “Pode-se argumentar que não só a actual produção mineral não é suficientemente elevada para satisfazer a quantidade projectada de procura de metais, como também as actuais reservas globais não são suficientemente grandes para cumprir metas de consumo de longo prazo.” Tudo isso acontece juntamente com novas adições de fontes de energia hipocarbónicas que estão a ser integradas juntamente com fontes de energia fóssil e nuclear já existentes na rede energética europeia. Além disso, a política ambiental europeia está a promover a privatização do mercado energético, consolidando a actual trajectória de consumo incontrolável de energia. A política ambiental e climática europeia é profundamente falha e conduz ao agravamento das condições ecológicas.

Precisamos de reformas jurídicas baseadas em soluções reais e na redução da procura de energia e materiais, e não de uma lei que chegue às mãos do lobby mineiro.

Teríamos gostado de comunicar os nossos argumentos em tempo útil durante o período de consulta pública, quando todas as opções ainda estavam em aberto. Os tratados da UE exigem que todas as decisões da UE sejam tomadas de forma tão aberta e tão próxima quanto possível dos cidadãos. O CRMA pretendia “coletar evidências e opiniões de uma ampla gama de partes interessadas e cidadãos”. Mas dado que foi apressado pela DG

GROW, os documentos postos em consulta pública apenas foram disponibilizados em francês, alemão e inglês, excluindo significativos segmentos da população da Europa. Isto constitui uma violação do nosso direito de acesso à informação e de participação na tomada de decisões em questões ambientais consagrado pela Convenção de Aarhus e da qual a União Europeia é signatária.

Tomaremos todas as medidas legais para garantir a reparação porque com a CRMA, as instituições da UE colocaram novamente a carroça à frente dos bois. Recusamos outra lei que pretende lucro a curto prazo em detrimento das pessoas e do planeta. É por todas estas violações legais e éticas que solicitamos à Comissão que retire a Lei das Matérias-Primas Críticas (CRMA).

Estamos ansiosos para ler sua resposta.

Com os melhores cumprimentos,

ACADÉMICOS E ESPECIALISTAS

Prof. Markus Kröger, Universidade de Helsinque, Finlândia

Prof. Maya van der Velden, Universidade de Oslo, Noruega

Bogdan Šolaja, Academia Sérvia de Ciências e Artes, Belgrado, Sérvia

Prof. Dra. Ljiljana Tomović, Faculdade de Biologia, Universidade de Belgrado, Belgrado, Sérvia

Prof. Dra. Biljana Stojković, Faculdade de Biologia, Universidade de Belgrado, Belgrado, Sérvia

Prof. Zoran Radovanović, Faculdade de Medicina, Belgrado (aposentado)

Branimir Grgur, Faculdade de Tecnologia e Metalurgia da Universidade de Belgrado, Sérvia

Dra. Dragana Đorđević, Instituto de Química, Tecnologia e Metalurgia – Centro de Excelência em Química e Engenharia Ambiental, Universidade de Belgrado, Sérvia

Dr. Alexander Dunlap, Universidade de Boston, EUA e Universidade de Helsinque, Finlândia

Prof. Dra. Ljiljana Tomović, Faculdade de Biologia,

Universidade de Belgrado, Belgrado, Sérvia
Prof. Dra. Biljana Stojković, Faculdade de Biologia,
Universidade de Belgrado, Belgrado, Sérvia
Caroline Seagle, doutoranda, Departamento de Antropologia,
Universidade McGill, Montreal, QC.
Dr. Roberto Cantoni, Universidade Autônoma de Barcelona,
Espanha
Dr. Jonathan Kishen Gamu, Universidade de Sheffield, Reino
Unido
Dr. Carlos Tornel, Acadêmico Independente, México
Prof. Giuseppe Mastruzzo, International University College of
Torino, Itália
Dra. Irina Velicu, Centro de Estudos Sociais, Universidade de
Coimbra, Portugal
Dr. Gustavo García-López, Centro de Estudos Sociais,
Universidade de Coimbra, Portugal
Dr. Valer Simion Cosma, Universidade “Lucian Blaga” de Sibiu,
Romênia
Line Algoed, pesquisadora PhD, Vrije Universiteit Brussel,
Bélgica
Dra. Susanne Hofmann, pesquisadora visitante, London School of
Economics
Dr. Ecehan Balta, pesquisador independente, Turquia
Dr. Diego Andreucci, Universidade de Barcelona, Espanha
Prof. Ugo Mattei, Universidade de Turim, Itália
Dra. Astrid Ulloa, Universidade Nacional da Colômbia
Dra. Louise Guibrunet, Universidade Nacional Autônoma do
México, México
Ramón Balcázar Morales, Doutorando em Desenvolvimento Rural,
UAM México
Dr. Silvia Maeso, Centro de Estudos Sociais, Universidade de
Coimbra, Portugal
Dr. Jean Leon Boucher, pesquisador sênior, The James
Hutton Instituto, Escócia
Prof. Filipe Calvão, Instituto de Pós-Graduação de Genebra,
Suíça
Dra. Hanne Cottyn, Universidade de Ghent, Bélgica

Pedro Fidalgo, Doutorando, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Dr. Al Gedicks, Universidade de Wisconsin-La Crosse, Wisconsin, EUA

Helena Sabino Antunes, PhD Candidate, Universidade de Salamanca, Spain

MOVIMENTOS / ASSOCIAÇÕES / GRUPOS DA SOCIEDADE CIVIL

ARGENTINA

Grupo de Geopolítica y Bienes Comunes

ÁUSTRIA

Attac Áustria, Áustria

Decrecimiento Viena, Áustria

CHILE

Observatório Plurinacional das Salinas Andinas, Chile

Fundação Tanti, Chile

Fundação Chile Sin Ecocídio, Chile

FINLÂNDIA

Saimaa ilman kaivoksia, Finland

Ei kaivoksia Suomen käsivarteen ry, Finland, Minna PE Näkkäläjärvi

Mining Watch Finland ry, Finland

Kaivoskriittinen kansanliike, Finland

Sokli erämaana ry, Finland

Sompion Luonnonystävät ry, Finland

Ylitornion – Pellon Luonto ry (local group of The Finnish Association for Nature Conservation), Finland, Seija Piippola, chairperson

Vuohču Sámiid Searvi rs, Finland

Osikonmäen kyläyhdistys ry, Finland

Kolkontaipaleen kyläyhdistys ry, Finland

The Global Extractivisms and Alternatives Initiative (EXALT), Finland

FRANÇA

Bunda. Risteco – A Cidade que Come

ALEMANHA

Associação de Acionistas Éticos Alemanha

HUNGRIA

Plataforma aHang, Hungria

Associação Proteja o Futuro

Grupo de ação de ar limpo

ITÁLIA

Colégio Universitário Internacional de Turim, Itália

ESPAÑA

Alconchel sin Minas, Extremadura, Spain

Asociación Alarma Terra de Montes, Galicia, Spain

Asociación de Defensa Ambiental Salvemos Cabana, Galicia, Spain

Asociación Tralapena, Galicia, Spain

Campaña Sur sin Megaminas, Extremadura, Spain

Ecologistas en Acción, Spain

Fundação Montescola, Galicia, Spain

No a la mina de Gilico, Murcia, Spain

No a la mina en la Sierra de Yemas, Castilla y León, Spain

Plataforma Bierzo Aire Limpio, Castilla y León, Spain

Plataforma Cívica Alcalaboza Viva, Andalucía, Spain

Plataforma Comarca de Olivenza sin Minas, Extremadura, Spain

Plataforma Mina Touro – O Pino Non, Galicia, Spain

Plataforma de afectados por la minería de Teruel, Aragón, Spain

Plataforma de Afectados por Metales Pesados de la Sierra Minera, Murcia, Spain

Plataforma de afectados por las explotaciones mineras de Peña Zafra, Balonga y Quibas, Murcia, Spain

Plataforma No a la Mina de Cañaverál, Extremadura, Spain

Plataforma No a la Mina en el Valle del Corneja, Castilla y León, Spain

Plataforma Oro No, Principado das Asturias, Spain

Plataforma Rural Sustentable, Castilla y León, Spain
Plataforma Salvemos Esparteros, Andalucía, Spain
Plataforma Salvemos la Montaña de Cáceres, Extremadura, Spain
Plataforma Salvemos las Villuercas, Cáceres, Spain
Plataforma Sí a la Tierra Viva, Castilla-La Mancha, Spain
Sierra de Gata Viva, Cáceres, Spain
Sindicato Labrego Galego, Galicia, Spain
SOS Suído-Seixo, Galicia, Spain

PORTUGAL

Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela – ASE, Central Region, Portugal
Associação Montalegre Com Vida, North Region, Portugal
Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens (CERVAS) / Associação ALDEIA, Central Region, Portugal
FAPAS – Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade
Movimento Seixoso-Vieiros: Lítio Não, North Region, Portugal
UDCB – Unidos em Defesa de Covas do Barroso, North Region, Portugal
Rede Minas Não
Espaço A SACHOLA – Covas do Barroso, North Region, Portugal
Rede Minas Não, Portugal
Extinction Rebellion Guimarães, North Region, Portugal
Chaves Comunitária, North Region, Portugal
Grupo de Investigação Territorial (GIT), Portugal
Associação Povo e Natureza do Barroso – PNB, North Region, Portugal
AVE – Associação Vimaranense para a Ecologia, North Region, Portugal
Movimento SOS Serra d’Arga, North Region, Portugal
Movimento Contra Mineração Penalva do Castelo, Mangualde e Satão, Central Region, Portugal
Rede para o Decrescimento em Portugal, Portugal
SOS – Serra da Cabreira, North Region, Portugal
Movimento Não às Minas Massueime, Central Region, Portugal

A Geradora – Cooperativa Integral, Central Region, Portugal
IRIS, Associação Nacional de Ambiente, Portugal
Sciaena – Oceano # Conservação # Sensibilização, Portugal
Movimento Não às Minas – Montalegre, North Region, Portugal
Movimento ContraMineração Beira Serra, Central Region,
Portugal

SÉRVIA

Marš sa Drine, Serbia
Udruženje za zaštitu životne sredine (AEP), Serbia
Mlavaska vojska, Petrovac na Mlavi, Serbia
Čuvari Homolja, Žagubica, Serbia
Pokret Odbranim šume Fruške gore, Fruška Gora, Serbia
Udruženje za zaštitu šuma, Novi Sad, Serbia
Ne dam, Ne dau, Majdanpek, Serbia
Borani se pitaju, Bor, Serbia
Extinction rebellion Srbija, Serbia
Kreni-Promeni, Serbia
PRVI PRVI NA SKALI, Kragujevac, Serbia
Earth Thrive Serbia/UK
Polekol, Serbia

ROMÉLIA

Associação para a Proteção das Montanhas Apuseni-Rovina, Região
do colete, Romênia
Centro Independente para o Desenvolvimento de Recursos
Ambientais, Região de Vest, Romênia
Ecou Rovina Bucareste, Bucareste – Região de Ilfov, Romênia
Mining Watch Romênia, Romênia
Comunidade Roșia Montana, Região Centru, Romênia
Fundação Carturesti, Bucareste, Romênia
Entrega na rua, Romênia
Comunidade Declic, Romênia
Associação cívica de desporto e turismo ecológico “Clube de
Cicloturismo NAPOCA” (CCN) -Romênia

TURQUIA

Kazdagi Association for The Protection of Natural and Cultural

Assets, Turkey

SUÉCIA

Skiftet, Sweden

UCRANIA

Ukrainian Nature Conservation Group, Ukraine

Free Svydovets, Ukraine